

**CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - COMDEMA**  
**ATA DA 98ª REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE**

Aos quatorze dias do mês de agosto de dois mil e vinte, na sala de reuniões da Prefeitura, com início às quinze horas em primeira convocação, e às quinze horas e trinta minutos em segunda convocação, realizou-se a 99ª reunião do Conselho Municipal do Meio Ambiente, sob a presidência de Angela Maria Macuco do Prado Brunelli a presença dos membros do Conselho Municipal do Meio Ambiente - COMDEMA, cujas assinaturas constam da lista de presença anexa, com justificativa de ausência de Cecília dos Santos e Cristiane Lujan. A presidente em exercício agradeceu a presença de todos e informou que a reunião é conjunta com a 89ª reunião do CMSA, Conselho Municipal de Saneamento Ambiental, e convidou Telma Magro para secretariar. Angela perguntou se todos receberam por e-mail a ata da reunião anterior, e se poderia dispensar a leitura, tendo aprovada por todos. Em seguida Angela informou a pauta da reunião, com os seguintes assuntos: EIV Edifício Reserva Bela Vista Emp. Imobiliário, EIV Edifício Três Marias - Pieris Empreendimentos, EIV Cargill, Roteiro básico para elaboração de EIV, minuta e outros assuntos. A seguir, Angela solicitou inversão da pauta para discutir o Estudo de Impacto de Vizinhanças, EIV, da Cargill Agrícola AS, para a indústria de pectina, considerando que se trata de complementação, o que foi aprovado; o EIV foi elaborado pela empresa Arcadis Brasil, e responsabilidade da engenheira ambiental Maria Carolina N. H. Incau e do geógrafo Marcelo Nunes Diniz; foi apresentado o sistema de drenagem em atendimento a lei estadual nº 12.526/2007, com projeto de reservatório de retenção e bacia de retenção proporcionais à área impermeabilizada, com emissário de água pluvial e dissipador de energia na margem esquerda do córrego Mandembo, a ser executado em propriedade vizinha à área da Cargill; o projeto apresentou cálculo de vazão para 1,35 l/s, para chuva com período de retorno de 25 anos; a seguir foi apresentado o pátio com vagas de estacionamento, a qual foram acrescentadas vagas proporcionais a área construída, e pátio para carga e descarga, com 3 vagas para entrada e 3 vagas para saída; quanto ao excedente de terra retirada na movimentação de terra, na fase de implantação, foi informado que será reutilizado na própria planta da fábrica e para a execução da avenida marginal; quanto ao poço profundo no aquífero Guarani, foi apresentada a licença de abertura, e informado que a outorga será apresentada na fase de operação da fábrica; no quadro de balanço hídrico, o volume dos chuveiros de segurança foi retirado, e indicado que os sanitários serão ligados à rede pública do SAAEB, e o volume final do efluente da estação de tratamento de esgoto, ETE, será de 122 m³/h, conforme fluxograma da página 13; quanto a destinação de resíduos sólidos, a quantidade será proporcional à produção da fábrica, e a disposição será feita inicialmente em aterros licenciados, pois não existem atualmente na região da cidade empresas que façam a compostagem, mas a Cargill se compromete a procurar parcerias com empresas que utilizam esse tipo de resíduo; quanto à cinza da caldeira, proveniente da queima do bagaço da cana, a mesma poderá ser utilizada em processo de compostagem desde que confirmada por análise a não presença de dioxinas, sendo inicialmente destinada a aterros licenciados; foi apresentada a errata na página 82, onde a citação correta passou a ser “LC nº 122/2017”; quanto ao impacto na execução do emissário de efluentes da ETE, no diz respeito a supressão vegetal em APP, foi informado que o traçado do mesmo foi alterado, passando a acompanhando o traçado do ramal de energia elétrica, resultando portanto na minimização do impacto sobre a redução da cobertura vegetal nativa, em que o quadro de significância passou a ser de pequena magnitude; quanto a intervenção em vegetação e APP, a citação de vegetação pioneira da floresta estacional semidecidual foi considerada incorreta, uma vez que ela caracteriza a região de Bebedouro, e não o tipo de mata, devendo ser corrigida para vegetação secundária inicial, que é o que na maioria caracteriza a área de intervenção, considerando ainda que a região se encontra bastante

antropizada, por fim foram aceitos os itens 12 e 13 como apresentados, referente a intervenção em vegetação e APP e compensação florestal, condicionados a apresentação do projeto de autorização de supressão e intervenção em APP e corte isolado, apresentado à Cetesb; no item 14, referente a destinação de resíduos da torta filtrada com perlita e casca usada, foi informado que será inicialmente destinada a aterros licenciados, ou contratação de empresas para a coleta e destinação, a serem definidas na fase de operação, sendo prevista as análises dos resíduos para as devida classificação; quanto ao Plano de Ação e Emergência, foi aceito, mas considerado muito genérico, pois não aborda casos específicos; foi apresentada a correção do texto sobre os usos da água do Mandembo, os termos “abastecimento público”; por fim o EIV da Cargill Agrícola AS foi aprovado com as ressalvas apresentadas. A seguir foi solicitada mais uma alteração de pauta, considerando a necessidade de definição dos critérios para elaboração de EIV, tendo sido aprovada; foi observado que os critérios da minuta de resolução apresentada, também deverão ser analisados pela Câmara Técnica de Legislação Urbanística, CLTU; foi destacado que no artigo 1º cita que o EIV deverá ser feito tanto para empresas privadas como públicas; será incluído o artigo 4º com o texto “esta resolução entra em vigor na data da sua aprovação, devendo ser publicada no Diário Oficial do município e disponibilizada pela internet; a seguir passou a ser analisada a tabela 1, que deverá ser apresentados os seus itens de forma sequencial, primeiro os aspectos afetados e depois as atividades técnicas; Maria Cristina Sanches sugeriu que para os usos de baixo risco seja feito um EIV simplificado, considerando ainda o período de pandemia do Covid 19 e de crise econômica que o país está passando; Angela salientou que será feito um roteiro simplificado para as empresas de baixo risco, mas reforçou que o EIV deverá ser feito por profissional qualificado e apresentação da ART ou RRT; foi observado que existem diferenças entre risco e impacto, e foi observado que a resolução 51/2019 do Ministério da Econômica que classifica o baixo risco das atividades, mas usa somente como parâmetro o risco de incêndio, e portanto foi considerado que a significância do impacto está relacionada a probabilidade de ocorrer incêndios, mas também de acidentes ambientais, a pressão sob a infraestrutura existente, o adensamento populacional, além de outros parâmetros que envolvem a definição de sustentabilidade; o impacto controlado com medidas mitigadoras; Angela reforçou que o EIV é uma exigência de lei federal e do Plano Diretor Municipal, PDM, não se tratando de burocracia, e sim de investimento de segurança; foi pontuado que o bom EIV depende de um diagnóstico bem feito, do que caracteriza o empreendimento e a vizinhança; depois do diagnóstico deverá ser feito a análise dos impactos ambientais e as ações que irão determinar as propostas e suas alternativas, identificados com previsão de magnitude e importância, para o meio ambiente, paisagem urbana e patrimônio cultural, valorização imobiliária, impacto socioeconômico, adensamento populacional, mobilidade, infraestrutura, equipamentos públicos e coletivos, e conforto ambiental; a seguir deverão ser apresentadas as medidas mitigadoras compensatórias, de prevenção e remediação dos impactos negativos e a potencialização do impactos positivos; o quadro resumo do impactos e medidas compensatórias deverá indicar as medidas potencializadoras, mitigadoras ou compensatórias a serem adotadas; deverá também ser apresentado o plano de acompanhamento e monitoramento para as medidas propostas e adotadas; e por fim ser apresentada uma conclusão com recomendações, finalizada com a bibliografia; no anexo 03, na tabela 01, deverá ser trocado o termo “risco de atividade” por “significância”, e será incluída a observação com a condição de que se a matriz da significância do anexo 02 for maior que a significância indicada na tabela 01 do anexo 03, será adotado a significância do anexo 02 para a definição do tipo de EIV a ser elaborado; por fim foi apresentado uma tabela para se fazer a simulação de significância, para se entender a aplicação da resolução e sua classificação, que vira compor a resolução como anexo 04, com os itens necessários por tipo de EIV, que serão simplificado, básico ou completo, com análise preliminar, mas

100 devendo ser concluída a análise na próxima reunião. A seguir foi informado que não  
101 houve reuniões do Comitê da Bacia Hidrográfica do Pardo Grande, CBH-BPG, nem do  
102 Comitê do Grande. Angela perguntou se alguém gostaria de fazer uso da palavra, e não  
103 havendo mais nada a tratar, deu a reunião por encerrada, agradecendo a presença de todos.  
104 Eu, Telma Alves Magro, lavrei a presente ata, que será por mim assinada e pela presidente  
105 do Conselho Municipal do Meio Ambiente, no dia quatorze do mês de agosto do ano de  
106 dois mil e vinte.

**Angela Maria Macuco do Prado Brunelli**  
Presidente em Exercício do COMDEMA

**Telma Alves Magro**  
Secretária